



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

DESPACHO

Campinas, 11 de fevereiro de 2026.

Processo: PMC.2025.00184974-49

Interessadas: 37ª Promotoria de Justiça Criminal de Campinas

Assunto: PPIC 2447.0001616/2025

À Secretaria Municipal de Justiça
Sr. Secretário,

Através do **e-mail (DOC 17512640)** e o anexo **Despacho/Ofício (DOC 17512681)**, considerando a necessidade de maiores esclarecimentos acerca da instituição e execução das emendas parlamentares no Município de Campinas, a Promotoria de Justiça de Campinas oficiou a Municipalidade para a obtenção das informações formuladas em quesitos, dos quais compete a esta Secretaria Municipal de Gestão e Controle a resposta às alíneas b, c, f, k e l, pela ordem:

b) Os Decretos, portarias, instruções normativas ou manuais orientativos editados pela Prefeitura para regulamentar o recebimento, a análise, a aprovação, a execução e o controle dos recursos de emendas recebidas;

O Município de Campinas tem orientado os órgãos municipais através dos processos **PMC.2025.00183652-91** e **PMC.2025.00184814-45**, para que a execução das emendas parlamentares esteja em conformidade **com os parâmetros da decisão proferida na ADPF 854 e dos normativos emitidos pelo TCESP.**

Além disso, houve a publicação do **Decreto Municipal nº 24.091/2025**, que dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das emendas individuais ao orçamento público municipal para alocação de recursos em favor da Secretaria Municipal de Saúde e de seu respectivo fundo, tendo como beneficiadas as entidades sem fins lucrativos que integrem formalmente a rede complementar do Sistema Único de Saúde – SUS, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/144712>.

Outrossim, a Municipalidade providenciou a publicação do **Guia para Processamento de Emendas Impositivas Municipais 2026**, de caráter técnico e orientativo, disponibilizado no Portal do Município por meio do link <https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/secretarias/arquivos-avulsos/133/2026/02/09->

c) Se há análise técnica prévia, pela Prefeitura Municipal, da viabilidade de execução e da compatibilidade dos recursos com os planos municipais, inclusive se são levantados eventuais impedimentos de ordem técnica para execução, conforme disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 210/2024;

A Lei nº 16.779, de 16 de julho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 – LDO 2026, estabelece, em seu art. 43 um cronograma para as fases do processamento das emendas parlamentares individuais, a conferir:

Art. 43. Para fins de atendimento aos dispositivos relacionados às emendas individuais impositivas ao orçamento público municipal, os órgãos de execução observarão, nos termos desta Lei, o seguinte **cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das respectivas emendas:**

I - até o dia 16 de março de 2026, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

II - até o dia 16 de abril de 2026, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

III - até o dia 16 de maio de 2026, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º O não cumprimento do prazo previsto no inciso II deste artigo caracteriza impedimento técnico e desobriga o Poder Executivo de executar a emenda.

§ 2º Caso a emenda parlamentar individual defina a alocação de recursos para órgão ou entidade que não possua competência para executá-la ou para grupo de natureza de despesa que impossibilite sua execução, fica o Poder Executivo autorizado, cientificando o autor da emenda, a remanejar o respectivo valor para o programa de trabalho do órgão ou entidade da Administração Pública municipal com atribuição para a execução da despesa ou a transferi-lo de grupo de natureza de despesa.

§ 3º O remanejamento de que trata o § 2º deste artigo não será considerado no cômputo dos limites de créditos adicionais estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

§ 4º As emendas parlamentares individuais que alocarem recursos em favor da Secretaria Municipal de Saúde e de seu respectivo fundo, tendo como beneficiadas as entidades sem fins lucrativos que integrem formalmente a rede complementar do Sistema Único de Saúde - SUS, serão executadas nos termos de decreto do Poder Executivo, como acréscimo ao valor destinado à rede do Sistema Único de Saúde - SUS, constituindo parcela temporária a ser somada aos demais repasses regulares e automáticos.

Na **primeira fase, até 16/03/2026**, os órgãos processadores examinam as emendas na LOA 2026, consolidadas no Sistema Emendas Campinas, com a análise dos impedimentos de ordem técnica e do Plano de Trabalho.

A exemplo do art. 10 da Lei Complementar nº 10/2024, a LDO Municipal define as **hipóteses de impedimento de ordem técnica**, que envolvem a análise da viabilidade de execução e da compatibilidade dos recursos com os planos municipais, conforme segue:

Art. 44. As programações orçamentárias com origem nas emendas individuais não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica insuperáveis, considerando-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis:

I - emendas individuais que desconsiderem os preceitos constitucionais previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

II - emendas que apresentem a adoção de ações e serviços públicos para realização de objeto de forma insustentável ou incompleta;

III - emendas que apresentem a alocação de recursos insuficientes para execução do seu objeto, salvo em atividade dividida por etapas e tecnicamente viável;

IV - emendas que não atendam às metas previstas em planos estratégicos do Município;

V - a não comprovação de que os recursos orçamentários ou financeiros são suficientes para a conclusão do projeto ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

VI - incompatibilidade com a política pública setorial aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

VII - incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

VIII - incompatibilidade do valor proposto com o cronograma físico-financeiro de execução do projeto, no caso de emendas relativas à execução de obras;

IX - emenda individual que conceda dotação para a instalação ou o funcionamento de serviço público ainda não criado por lei, em desacordo com o disposto na alínea "c" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores;

X - aprovação de emenda individual que conceda dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, em desacordo com o disposto na alínea "b" do art. 33 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores;

XI - destinação de dotação a entidade que não atenda aos critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

XII - destinação de dotação a entidade em situação irregular, em desacordo com o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores;

XIII - criação de despesa de caráter continuado para o Município, direta ou indiretamente;

XIV - impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho ou o pagamento dentro do exercício financeiro.

§ 1º Os impedimentos de ordem técnica de que trata este artigo serão apurados pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações orçamentárias, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão relatório a ser formalmente comunicado pelo Poder Executivo municipal.

§ 2º A parcela da reserva de recursos a que se refere o caput do art. 42 desta Lei que não for utilizada pelos parlamentares para indicação de emendas individuais durante o processo de

tramitação da Lei Orçamentária de 2026 poderá ser utilizada pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

§ 3º Eventual remanescente por economia nas contratações ou demais ajustes não poderá ser utilizado pelo órgão ou unidade orçamentária responsável ou pela entidade privada beneficiada, devendo retornar ao Tesouro Municipal.

§ 4º As entidades privadas eventualmente indicadas como beneficiadas deverão, para fins de operacionalização das emendas individuais de execução obrigatória a elas destinadas, apresentar plano de trabalho, sujeito à avaliação técnica do Poder Executivo, que deverá conter:

I - descrição do objeto;

II - justificativa;

III - descrição das metas;

IV - descrição da aplicação das despesas; e

V - informações de conta-corrente específica.

§ 5º Qualquer impropriedade ou imprecisão constatada no plano de trabalho será comunicada ao proponente, que deverá saná-la no prazo estabelecido, sendo que a não realização das complementações ou ajustes solicitados ou sua realização fora dos prazos previstos poderá caracterizar impedimento técnico.

Diante do exposto, em resposta objetiva ao quesito, cabe afirmar que **há análise técnica prévia da viabilidade de execução e da compatibilidade dos recursos com os planos municipais, com registro, inclusive, de eventuais impedimentos de ordem técnica para execução**, nos termos do art. 44 da LDO Municipal.

f) Se há elaboração de plano de trabalho prévio à execução dos recursos, especificando-se o conteúdo mínimo exigido;

O art. 44, § 4º, da LDO 2026 Municipal, citado na resposta à alínea c), menciona o **conteúdo mínimo do Plano de Trabalho** (I - descrição do objeto; II - justificativa; III - descrição das metas; IV - descrição da aplicação das despesas; e V - informações de conta-corrente específica.), estabelecido para as entidades privadas beneficiárias, mas que deve ser estendido a todas as emendas, por força da superveniência da Resolução nº 17/2025 do TCESP.

k) Se a divulgação das informações sobre as emendas no Portal da Transparência Municipal, inclusive sobre eventuais alterações, acréscimos, reduções ou cancelamentos, é feita em tempo real;

Preliminarmente, convém trazer à baila a divergência entre a definição de “**tempo real**” especificada pelo **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP**, através do **item 8.2.1 do Questionário anexo ao Comunicado GP nº 43/2025** (<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/emendas-parlamentares>) e daquela exigida para a publicação das receitas e despesas **pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON**

(Cartilha ATRICON – <https://atrimon.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Cartilha-PNTP-2025.pdf>, pp. 62, 67 e 69, a comparar:

8.2.1. A divulgação é em **tempo real** (dia útil imediatamente posterior à produção do to)?

8.2.1.1. () Sim

8.2.1.2. () Não

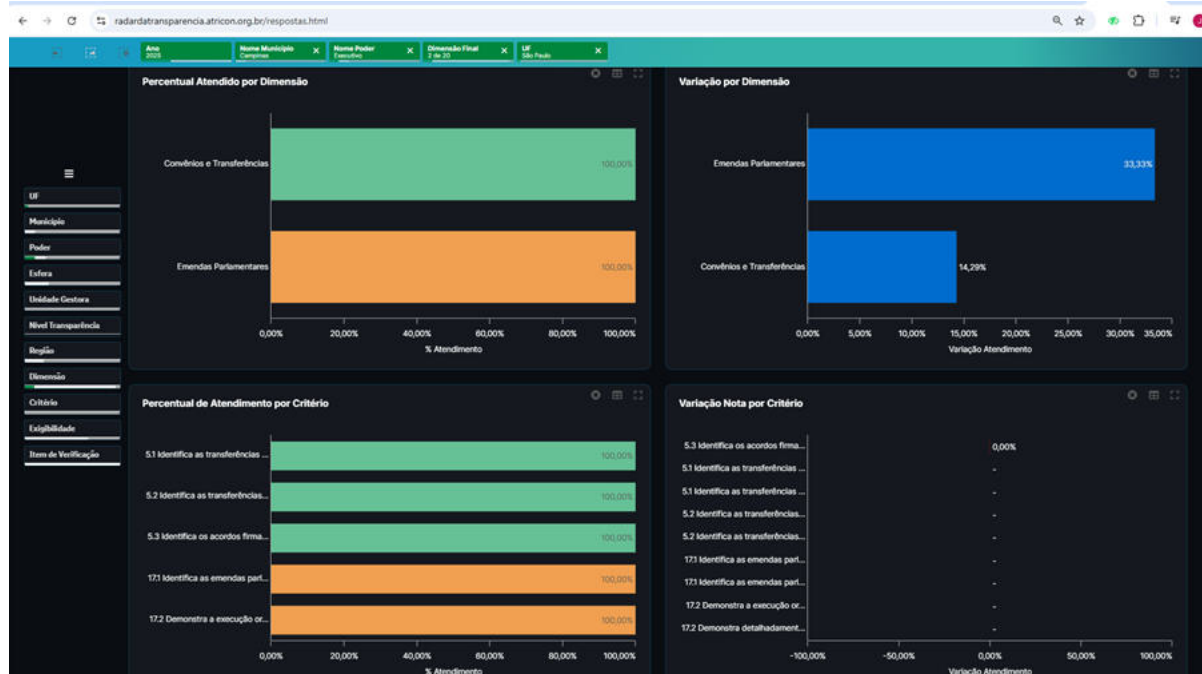
● **Atualidade:**

Para os fins da avaliação realizada neste programa, o critério será considerado não atendido caso as informações apresentem um intervalo de atualização superior a 30 dias corridos anteriores à data da avaliação.

Essa definição de atualidade considerada no âmbito do PNTP não se confunde com a “atualização em tempo real”, definida nos termos do inciso IX do art. 2º do Decreto nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que estabelece o prazo de divulgação no primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no Siafic.

A divulgação das informações relativas às **emendas parlamentares de origem estadual e federal**, atualmente disponibilizadas na página de Convênios do Município (<https://campinas.sp.gov.br/sites/convenios/transferencias-especiais-dados>), vem sendo atualizada em **periodicidade mensal**, eis que a inserção manual em formulário digital que compõe o banco de dados utilizado para a publicação depende do recebimento de informações das unidades executoras responsáveis.

Tal procedimento está em consonância com as diretrizes do PNTP, segundo a referida Cartilha da ATRICON. Nesse contexto, na avaliação de 2025 do PNTP, o Município de Campinas atingiu 100% dos critérios nas dimensões “Convênios e Transferências” e “Emendas Parlamentares”, evidenciando a aderência integral às diretrizes até então existentes sobre transparência das emendas parlamentares, conforme demonstrado pelos registros do Radar da Transparência e pelo sistema interno Avalia, a conferir:



Convenios e Transferências 100,0%

5.1 Identifica as transferências recebidas a partir da celebração de convênios/acordos com indicação, no mínimo, do valor total previsto dos recursos envolvidos, do valor recebido, do objeto e da origem (órgão repassador/concedente)? [Detalhar](#)

	Disponibilidade	Atualidade	Série Histórica	Gravação de Relatórios	Filtros de Pesquisa
Avaliação	✓	✓	✓	✓	✓
Validação	✓	✓	✓	✓	✓

[Ver mais](#)

5.2 Identifica as transferências realizadas a partir da celebração de convênios/acordos/ajustes, com indicação, no mínimo, do beneficiário, do objeto, do valor total previsto para repasse e do valor concedido? [Detalhar](#)

	Disponibilidade	Atualidade	Série Histórica	Gravação de Relatórios	Filtros de Pesquisa
Avaliação	✓	✓	✓	✓	✓
Validação	✓	✓	✓	✓	✓

[Ver mais](#)

5.3 Identifica os acordos firmados que não envolvam transferência de recursos financeiros, identificando as partes, o objeto e as obrigações ajustadas? [Detalhar](#)

	Disponibilidade	Atualidade	Série Histórica	Gravação de Relatórios	Filtros de Pesquisa
Avaliação	✓	✓	✓	✓	✓
Validação	✓	✓	✓	✓	✓

Emendas Parlamentares 100,0%

17.1 Identifica as emendas parlamentares recebidas, contendo informações sobre a origem, a forma de repasse, o tipo de emenda, o número da emenda, a autoria, o valor previsto e realizado, o objeto e função de governo? [Recomendado](#)

	Disponibilidade	Atualidade	Série Histórica	Gravação de Relatórios	Filtros de Pesquisa
Avaliação	✓	✓	✓	✓	✓
Validação	✓	✓	✓	✓	✓

[Ver mais](#)

17.2 Demonstra a execução orçamentária e financeira oriundas "emendas pix"? [Recomendado](#)

	Disponibilidade	Atualidade	Série Histórica	Gravação de Relatórios	Filtros de Pesquisa
Avaliação	✓	✓	✓	✓	✓
Validação	✓	✓	✓	✓	✓

[Ver mais](#)

Lado outro, a **divulgação das emendas impositivas municipais ocorre por meio do portal específico** (<https://emendasimpositivas.campinas.sp.gov.br/>), alimentado por

integração via API, que realiza a **extração dos dados diretamente do banco de dados do Sistema de Informações Municipais – SIM**, a partir do lançamento das informações pelas unidades executoras e gestoras, possibilitando a visualização dentro do **tempo real conceituado pelo TCESP**.

O portal de emendas impositivas municipais fora desenvolvido em 2024, com base em boas práticas da Administração direta municipal, em período anterior à edição de parâmetros normativos dos órgãos de controle, revelando que o Município de Campinas vinha adotando medidas eficazes para assegurar a transparência e a rastreabilidade das emendas.

As recentes determinações emanadas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, impuseram novos requisitos quanto à forma, à periodicidade e ao grau de detalhamento da divulgação das informações, cujo fiel cumprimento demanda a implementação de aprimoramentos tecnológicos adicionais aos atualmente existentes nesta Municipalidade.

Isso porque, sistemas distintos e ainda não plenamente integrados requerem ajustes estruturais e tecnológicos, inclusive em nível de banco de dados, a fim de viabilizar a sincronização automática das informações e a adequação ao conceito de “tempo real” dado pelo TCESP.

I) Encaminhe cópia do questionário apresentado ao TCESP devidamente preenchido, além da relação completa das emendas parlamentares recebidas nos exercícios de 2024 e 2025, com identificação do parlamentar proponente, valor, finalidade, beneficiário final, data de recebimento, programa e ação orçamentária correspondentes.

Segue anexa a relação completa das emendas parlamentares recebidas no ano de 2026, enviada em resposta ao questionário do TCESP exigido pelos Comunicados GP nº 43 e 45/2025.

A relação das emendas recebidas nos anos de 2024 e de 2025 podem ser extraídas do Portal de Transparência do Município, por meio do link <https://transparencia.campinas.sp.gov.br/emendas-parlamentares>:



Prestados os esclarecimentos requeridos pelo órgão ministerial, da alçada desta Pasta de Gestão e Controle, **restituímos o presente feito ao Gabinete da Secretaria Municipal de Justiça**, em cumprimento ao disposto na Ordem de Serviço nº 545/95, que tem por objeto submeter ao exame prévio da então Secretaria de Negócios Jurídicos a expedição de ofícios, certidões ou informações fornecidas a pessoas ou órgãos externos.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais eventualmente necessários.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 11/02/2026, às 16:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 11/02/2026, às 16:37, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17744654** e o código CRC **0145FEA4**.